

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.518 - SP (2020/0008439-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA - RJ130532**  
**FELIPE DE MELO FONTE - RJ140467**  
**FELIPE MENDONÇA TERRA - RJ179757**  
**FERNANDA D'ABREU LEMOS - DF038641**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSO CIVIL APELAÇÃO ASTREINTES FIXAÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL SÚMULA 372 INAPLICABILIDADE HONORÁRIOS.

1. Cumpre afastar o pedido de aplicação da Súmula 372 do STJ.

Isso porque o enunciado em questão dispõe acerca da impossibilidade de aplicação de astreintes em ação de exibição de documentos, o que não é o caso, pois o descumprimento se deu nos autos do inquérito policial n. 5568- 47.2011.4.01.4300.

2. Destaca-se que o instituto da astreintes, atualmente previsto nos artigos 536 e 537 do CPC/2015, tem como objetivo a coerção da parte a cumprir determinação judicial.

3. Nesse prisma, é de se considerar que a aplicação da multa diária revela-se a medida mais adequada. Veja-se que até mesmo em ação de exibição de documentos o STJ já entendeu pelo afastamento da Súmula 372 e pela aplicação da astreintes, tendo em vista as peculiaridades do caso e porque se mostrou ser a medida mais adequada a garantir a eficácia da decisão.

4. Em segundo, afasta-se também a afirmação da apelante GOOGLE de que não teria descumprido a ordem judicial, pois não possuía mais as informações em seu sistema, o que apenas seria possível por meio da GOOGLE INC.

5. Ora, a GOOGLE do Brasil é representante da GOOGLE INC. no Brasil e não pode se esquivar das determinações judiciais somente pela alegação de que não mais detém os logs de acesso do usuário investigado, cabendo à empresa sediada no país acionar sua matriz para apresentar os dados requisitados.

6. Tanto é assim que após a majoração da multa diária a GOOGLE contactou a sua controladora nos Estados Unidos, que acabou por fornecer

os dados solicitados pelo Juízo.

7. No tocante ao valor da multa diária, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o valor pode ser revisto a qualquer tempo, já que não faz coisa julgada material, devendo ser levado em conta os seguintes critérios para a fixação do montante: (i) valor da obrigação e importância do bem jurídico tutelado; (ii) tempo para cumprimento (prazo razoável e periodicidade); (iii) capacidade econômica e capacidade de resistência do devedor; (iv) possibilidade de adoção de outros meios pelo magistrado.

8. Na hipótese, a importância do bem jurídico tutelado é evidente, dado que as informações a serem prestadas pelo GOOGLE eram necessárias para localizar o investigado da prática dos crimes previstos nos artigos 240, 241-A, 241-B, 243 e 244-B do ECA. O tempo para cumprimento das decisões (dez dias) também me pareceu razoável.

9. Quanto à capacidade econômica do devedor, vale mencionar que a coercibilidade da astreintes somente tem efeito quando fixada em valor que provoque no devedor um desconforto tal que o faça cumprir a determinação judicial.

10. Note-se que a astreintes tem, inicialmente, o objetivo de forçar o réu a cumprir a ordem judicial em curto prazo, no entanto, passado esse prazo, a multa deixa de ter o objetivo de coagir o réu e passa a ser somente uma sanção pecuniária, razão pela qual o montante final pode e deve ser revisto a fim de evitar uma soma exorbitante.

11. In casu, o total a ser cobrado pelo prazo de descumprimento das decisões judiciais perfaz R\$1.613.000,00, o que, considerando a notória capacidade econômica da GOOGLE, não me parece valor exacerbado.

12. Destarte, entendo que devem ser mantidos os valores das astreintes, no período de 22/12/2013 a 28/04/2014, considerando que o cumprimento total da decisão se deu em 29/04/2014 (fls. 149/150).

13. Por fim, com relação ao percentual fixado a título de honorários, nos termos do artigo 20, §4º, do CPC/73, o valor da verba de sucumbência deve ser determinado com base na apreciação equitativa do julgador e considerando as normas do §3º. Além disso, deve-se atentar para que o montante não seja ínfimo a ponto de se desconsiderar o trabalho do patrono e tampouco possa causar enriquecimento sem causa se fixado um valor muito alto. Assim, o total de R\$10.000,00 constitui um valor justo a título de sucumbência e razoável para retribuir o advogado da parte contrária.

14. Apelação da GOOGLE não provida. Apelação da União Federal parcialmente provida.

Alega violação dos arts. 537, § 1º, I e II, do CPC e 884 do CC, no que concerne à redução do *quantum* fixado a título de multa cominatória objeto de execução para patamar razoável e compatível com o cumprimento da obrigação de fazer e com o direito material envolvido, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

18. Como se vê, admite-se não apenas a revisão do quantum, mas própria revogação da multa. Isso é relevante no presente caso, considerando que o patamar alcançado pela multa processual extrapola qualquer parâmetro de razoabilidade.

19. Em primeiro lugar, a ora recorrente prontamente forneceu os dados de cadastro e IP de criação da conta de e-mail, o que permitiu a imediata identificação do usuário pelo Ministério Público. Com efeito, a r. decisão judicial, proferida nos autos do inquérito policial, impôs três comandos à ora recorrente: (1) o fornecimento dos dados cadastrais do titular da conta de e-mail geniinh02 (fls. gmail.com); (2) o fornecimento dos IPs de acesso à referida conta entre 15/12/2010 e 31/01/2011; e (3) o fornecimento da lista de e-mails enviados e recebidos pela conta nesse mesmo período. Dessas determinações, a ora recorrente cumpriu prontamente o item (1), e informou a impossibilidade de cumprimento do item (2), em razão do decurso do tempo para armazenamento dos dados de acesso à conta. A demora limitou-se, portanto, apenas em relação ao cumprimento do item (3).

20. Nesse sentido, as instâncias ordinárias reconheceram que a Google Brasil cumpriu integralmente a obrigação de fazer - naquilo que era possível - de modo que a multa não pode ser mantida em sua integralidade, como se nada tivesse sido cumprido. Em casos de adimplemento parcial, independentemente de outras considerações, a jurisprudência desse Eg. STJ reiteradamente afirma a necessidade de redução proporcional do valor da multa<sup>4</sup>. Trata-se, em rigor, de dicção expressa do art. 537, § 1º, II, primeira partes.

21. Mais do que uma determinação legal, essa é uma decorrência lógica do reconhecimento de que parte da obrigação de fazer foi cumprida: evidentemente, o valor integral da multa tem como premissa o descumprimento integral das obrigações de fazer. A multa cominatória, como se sabe, tem como pressuposto o descumprimento de decisão judicial. Se a decisão foi cumprida parcialmente - inclusive de forma imediata -, a multa só pode incidir para parcela da obrigação de fazer que não foi cumprida. Assim, ainda que o valor atual não fosse desproporcional em si mesmo, não haveria dúvida quanto à necessidade de redução proporcional (392/393).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Ora, a GOOGLE do Brasil é representante da GOOGLE INC. no Brasil e não pode se esquivar das determinações judiciais somente pela alegação de que não mais detém os logs de acesso do usuário investigado, cabendo à empresa sediada no país acionar sua matriz para apresentar os dados requisitados.

Tanto é assim que após a majoração da multa diária a GOOGLE contactou a sua controladora nos Estados Unidos, que acabou por fornecer os dados solicitados pelo Juízo.

[...]

O tempo para cumprimento das decisões (dez dias) também me pareceu razoável.

[...]

*In casu*, o total a ser cobrado pelo prazo de descumprimento das decisões judiciais perfaz R\$1.613.000,00, o que, considerando a notória capacidade econômica da GOOGLE, não me parece valor exacerbado (fls.

331).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente